

NOVA JUBA ENERGÉTICA S/A
CNPJ Nº 07.799.846/0001-82

Relatório da Administração

Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, fica submetido à apreciação dos senhores acionistas, futuros clientes, parceiros e à sociedade em geral o presente Relatório da Administração, acompanhado das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e do relatório dos auditores independentes. A Companhia, que atuará no setor de geração de energia elétrica, encontra-se em fase pré-operacional, com foco no desenvolvimento e estruturação de seu projeto. Ao longo de 2025, foram realizados avanços no processo de viabilização do projeto em desenvolvimento, com ênfase na consolidação de estudos técnicos e na manutenção de entendimentos com autoridades públicas. Embora ainda não tenha iniciado sua operação, a Companhia manteve seus esforços voltados à execução do plano de negócios aprovado pela Assembleia Geral, buscando garantir a sustentabilidade e a eficiência do projeto em desenvolvimento. O compromisso com a governança, a transparência e o rigor técnico têm orientado todas as etapas de preparação para a entrada em operação. Informações detalhadas sobre os aspectos financeiros e contábeis da Companhia estão devidamente descritas nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. Recife – PE. A Diretoria.

Diretores:

Ricardo Jerônimo Pereira Rêgo Júnior
Adriano Bezerra Magalhães

Amilton Queiroz da Silva
Contador - CRC PE - 013330/O-3

Nova Juba Energética S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
Nova Juba Energética S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Juba Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Nova Juba Energética S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 30 de abril de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de maio de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PE

Matheus M. Maia

Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

NOVA JUBA ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.091	1.119
Tributos a recuperar		18	20
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.109	1.139
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		36	18
Imobilizado	4	38.606	38.606
Intangível	5	3.320	3.212
Diferido		47	47
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		42.009	41.883
TOTAL DO ATIVO		43.118	43.022
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Tributos a recolher		4	16
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4	16
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	1.748	1.748
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.748	1.748
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	7	41.828	41.828
Prejuízos acumulados		(462)	(570)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.366	41.258
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		43.118	43.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA JUBA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
DESPESAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(3)	(4)
Outras despesas operacionais	(2)	(3)
	(5)	(7)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(5)	(7)
Receitas financeiras	149	127
Resultado financeiro	149	127
	144	120
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(36)	(31)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	108	89
Lucro por ação - R\$	108,13	88,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA JUBA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	108	89
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u><u>108</u></u>	<u><u>89</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA JUBA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	41.828	(659)	41.169
Lucro líquido do período	-	89	89
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	41.828	(570)	41.258
Lucro líquido do período	-	108	108
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	41.828	(462)	41.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA JUBA ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		108	89
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO			
Imposto de renda e contribuição social		36	31
		<u>144</u>	<u>120</u>
DECRÉSCIMO DE ATIVOS			
Tributos a recuperar		(16)	(13)
		<u>(16)</u>	<u>(13)</u>
DECRÉSCIMO DE PASSIVOS			
Fornecedores		-	(1)
Tributos a recolher		(20)	1
		<u>(20)</u>	<u>-</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>108</u>	<u>107</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(28)</u>	<u>(24)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>80</u>	<u>83</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições ao intangível	5	(108)	(238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(108)</u>	<u>(238)</u>
DECRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(28)</u>	<u>(155)</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
No final do exercício		1.091	1.119
No início do exercício		<u>1.119</u>	<u>1.274</u>
DECRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(28)</u>	<u>(155)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVA JUBA ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

1.1. Objeto social

A Nova Juba Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Recife/PE, que tem como principal objeto social a produção e comercialização de energia elétrica com aproveitamento de recursos hídricos naturais, mediante autorização do Poder Público concedente.

Os projetos foram revisados, devido a mudança de hidrologia estabelecida pela ANEEL, e submetidos à análise da agência. As Licenças Prévia - LP e Licença de Instalação - LI da CHGs Jubinha IIA e Jubinha IIB, bem com anuência da FUNAI já foram emitidas pela SEMA/MT e FUNAI respectivamente. No momento, seguem o licenciamento ambiental da CGH Jubinha III, PCH Juba IV e Linhas de Transmissão.

A controladora garante o suporte financeiro para eventuais necessidades de caixa da Companhia.

1.2. Autorizações e capacidade produtiva

A Companhia possui autorização para explorar o potencial hidráulicos da PCH Juba IV. A outorga de autorização tem vigência de 30 anos, conforme Resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no ano de 2005. O projeto da PCH Jubinha II foi reavaliado e dividido em dois de menor potência: CGH Jubinha IIA e CGH Jubinha IIB. Por conta desta nova configuração, a ANEEL excluiu a PCH Jubinha II do Inventário Hidrelétrico do Rio Juba, possibilitando a construção das CGHs.

Os AHE's apresentam as seguintes capacidades produtivas, que estão em processo de revisão conforme mencionado acima, e períodos de concessão:

PCH/CGH (Pequena central Hidrelétrica/ Central Geradora Hidrelétrica)	Potência instalada (em MW)	Data da concessão	Data de vencimento
CGH Jubinha IIA	2,40	(*)	(*)
CGH Jubinha IIB	5,00	(*)	(*)
CGH Jubinha III	4,60	(*)	(*)
PCH Juba IV	11,00	27/05/2005	27/05/2035

(*) Quando uma usina é classificada como CGH, (Central Geradora Hídrica) com até 5 MW, não há mais a necessidade de outorga de autorização, apenas de registro na ANEEL sem prazo de vigência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão em reunião da diretoria realizada em 29 de maio de 2026.

2.1. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, respectivamente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do Balanço.

A tributação sobre o lucro da Companhia tem por base o “Lucro Presumido”. Os tributos incidentes são reconhecidos e registrados com base no Princípio da Competência.

2.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

O único ativo financeiro reconhecido pela Companhia é caixa e equivalentes de caixa.

O único passivo financeiro reconhecido pela Companhia é partes relacionadas.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na Demonstração do Resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 4, definidas por meio de regulamentação da ANEEL, as quais levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição, no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas acumuladas para redução ao valor recuperável, quando incorridos e aplicáveis, respectivamente.

Por encontrar-se em fase pré-operacional, a Companhia não vem amortizando os seus ativos intangíveis.

2.6. Diferido

Conforme facultado pela Lei n° 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido registrado em 31 de dezembro de 2008, até sua completa amortização. Por estar em fase pré-operacional, a Companhia não vem amortizando o ativo diferido.

2.7. Perda pela redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda estimada pela desvalorização do ativo, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.10. Novos pronunciamentos e interpretações contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, são os seguintes:

Alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, decorrentes da aplicação da IFRS 18 / CPC 51, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como NBC TG 51. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas Demonstrações Contábeis.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com datas de vigência estabelecidas em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Contas bancárias	1	6
Aplicações financeiras	1.090	1.113
	<u>1.091</u>	<u>1.119</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas com remunerações que variam entre 90% e 101% (2024: 90% e 101%) da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas operações possuem liquidez imediata.

4. IMOBILIZADO

	Taxas médias anuais de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Saldos em 31/12/2025
Custo contábil			
Terrenos	-	1.781	1.781
Móveis e Utensílios	10%	63	63
Computadores e periféricos	10%	5	5
Máquinas e Equipamentos	3%	17.397	17.397
Imobilizado em andamento	-	19.437	19.437
Total do custo		38.683	38.683
Total da depreciação acumulada		(77)	(77)
		<u>38.606</u>	<u>38.606</u>

5. INTANGÍVEL

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Saldos em 31/12/2025
Custo			
Estudos e projetos	3.212	108	3.320
	<u>3.212</u>	<u>108</u>	<u>3.320</u>

O intangível, no valor de R\$ 3.320, em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$ 3.212), é representado por gastos com sondagens, estudos e serviços topográficos que fazem parte do projeto apresentado à ANEEL para obtenção de autorização para operar como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico e implantação dos empreendimentos denominados CGH Jubinha II e IIB, CGH Jubinha III e PCH Juba IV.

6. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Circulante		
Outras Contas a pagar (a)		
Itamarati Norte S.A.	1.748	1.748
	<u>1.748</u>	<u>1.748</u>

- a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém R\$ 1.748 a pagar à parte relacionada Itamarati Norte S.A. Agropecuária, referente à compra de ativos. Este contrato de compra e venda não possui prazo de vencimento e não será exigível no curto prazo.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 é de R\$ 41.828, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações pertence à acionista Brennand Investimentos S.A.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía em aberto operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativo.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

O principal passivo financeiro da Companhia refere-se a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia não contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos.
